

Editorial

O lugar da América Portuguesa na historiografia contemporânea: um debate em aberto

José Arthur Pereira Landrim da Silva

Mestrando em História

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

arthurlandrim@gmail.com

A gênese deste dossiê reside em uma convergência intelectual e institucional entre seus editores, todos pesquisadores em nível de mestrado vinculados ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Inseridos na linha de pesquisa em História Social da Cultura e sob a orientação acadêmica dos docentes Adriana Romeiro, José Newton Coelho Meneses e Eduardo França Paiva, nossas investigações individuais articulam um arco espacial que abrange desde o Maranhão até a Paraíba e Minas Gerais - espacialidades que, de forma deliberada, delimitam o escopo deste número. Diante dessa profícua intersecção, a proposta editorial buscou abarcar a história colonial em sua plenitude e heterogeneidade, conferindo visibilidade às diversas geografias da América Portuguesa.

A chamada para submissões contemplou uma pluralidade de eixos hermenêuticos, privilegiando temas como a administração colonial, compreendida sob a ótica das tensões e negociações entre as diretrizes metropolitanas e as instâncias locais, e os sertões, analisados enquanto dinâmicos territórios de circulação e sociabilidade. Adicionalmente, o dossiê acolheu pesquisas voltadas às complexas dinâmicas da escravidão e às estratégias de alforria, bem como à nova história indígena, que reivindica o protagonismo e a agência dos povos originários enquanto sujeitos históricos. O objetivo primordial foi revisitar problemas basilares da historiografia colonial, aportando novas camadas analíticas por meio da divulgação de investigações recentes.

Entretanto, subjacente a essa estrutura, manifestou-se uma inquietação diagnóstica compartilhada pelo corpo editorial quanto ao estado atual do campo. Em março de 2025, o ingresso discente no mestrado da UFMG revelou um dado estatístico sintomático: de um total de 22 novos pesquisadores, apenas quatro elegeram a história do Brasil colonial como seu objeto de estudo. Tal

evidência, embora pontual, afigurou-se como um indício de um arrefecimento do quórum acadêmico, o que soa paradoxal para uma instituição reconhecida internacionalmente como centro de excelência na produção historiográfica mineira e colonial. Essa constatação motivou uma estratégia editorial deliberadamente abrangente, visando aglutinar as múltiplas temporalidades e espacialidades que configuram o complexo período colonial brasileiro. Tratou-se de um esforço intencional para conferir novo vigor ao campo e impulsionar o debate acadêmico.

Decidimos, ademais, internalizar essa discussão sobre o suposto desinteresse discente no próprio corpo do dossiê, temática que é verticalizada na entrevista com a professora Adriana Romeiro e na apresentação assinada por Régis Quintão.

É imperativo ressaltar que esse movimento não ocorreu de forma isolada, mas em um contexto de comparação dialógica com outros dossiês temáticos lançados simultaneamente por esta revista, voltados à “História da Ciência e Cultura” e à “História do Tempo Presente”. Apesar de terem compartilhado o mesmo fluxo editorial e os mesmos esforços de divulgação, o campo colonial registrou o menor volume de submissões, o que constitui um dado, no mínimo, eloquente sobre as tendências atuais de pesquisa.

Embora não pretendamos formular uma conclusão definitiva, o que exigiria um levantamento estatístico exaustivo em âmbitos nacional e internacional, tal percepção de um declínio no interesse pelo período colonial parece ser um sentimento crescente entre especialistas da área. Essa problemática é discutida de forma mais ampla por Adriana Romeiro e Régis Quintão, que apontam para a necessidade de refletir sobre as causas dessa possível fragmentação do campo.

Por fim, esperamos que a publicação destes sete artigos, somados à transcrição comentada e à entrevista inédita, atue como um catalisador para a divulgação científica e incentive as novas gerações a persistirem neste campo desafiador. Nosso intuito é retirar esse debate dos bastidores acadêmicos e trazê-lo ao escrutínio público, reforçando que o Brasil contemporâneo só pode ser compreendido à luz das estruturas de longa duração estabelecidas na colônia. Convidamos o leitor a desbravar estas páginas com o rigor e o entusiasmo necessários para explorar a “terra estrangeira” que é o nosso passado colonial.

A imagem que estampa a capa deste dossiê não é uma metáfora. Trata-se do flagrante de trabalhadores retirando documentos da antiga sede da Secretaria de Estado da Cultura do Maranhão e descartando-os em caçambas de lixo no Centro Histórico de São Luís, episódio registrado pela imprensa maranhense em abril de 2026. Transportados em um carrinho de mão e deixados ao relento, sem qualquer triagem técnica, estavam relatórios administrativos, tabelas de pagamento, livros e projetos de revitalização de prédios públicos, parte deles com mais de quarenta anos. O episódio não é isolado, desde janeiro de 2025, o Arquivo Público do Estado do Maranhão (APEM), que reúne cerca de um milhão e meio de documentos textuais dos períodos colonial, imperial e republicano, alguns datados do século XVII, permanece interditado por risco estrutural, sem que as obras de restauro, já aprovadas pelo Iphan, tenham sido efetivamente concluídas, e sem que o acervo tenha encontrado um destino tecnicamente adequado.

Diante desse quadro, não podemos nos furtar a registrar, também nestas páginas, uma denúncia. Já em 2023, decisão da Justiça Federal, obtida em ação civil pública movida pelo Ministério Público Federal, determinara à Secretaria de Estado da Cultura do Maranhão (SECMA) a apresentação de projeto de recuperação do prédio do APEM e a regularização de seus sistemas de combate a incêndio. Mais de um ano após a interdição, o que se viu não foi a transferência cuidadosa e tecnicamente responsável da documentação, repetidamente prometida pela própria SECMA, mas o descarte direto de papéis públicos em caçambas de entulho, prática que a legislação brasileira tipifica como crime contra o patrimônio documental e que especialistas em arquivologia classificam como ilegal sem autorização prévia da instituição arquivística competente. Como editores de um dossiê dedicado à história colonial, não poderíamos publicar estas páginas sem registrar nossa indignação diante do descaso que ameaça reduzir a pó aquilo que nos cabe, como historiadores, interpretar e transmitir. Reafirmamos, por isso, nosso compromisso com a preservação do patrimônio documental e arquivístico do país e cobramos da Secretaria de Estado da Cultura do Maranhão e do Governo do Estado do Maranhão providências efetivas e imediatas para a salvaguarda do Arquivo Público do Maranhão, sob pena de perdermos, ao lado dos papéis amassados nas caçambas de São Luís, parte irrecuperável da memória que este dossiê se propõe a estudar.